



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 051.2021 - PMM

O **MUNICÍPIO DE MARITUBA**, Estado do Pará, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA**, doravante denominado **ÓRGÃO**, e este(a) Pregoeiro(a), formalmente designado(a), tornam pública, para conhecimento dos interessados, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº. 794-A, 03 de dezembro de 2021, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 2021/12.20.001-PMM, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com **REGISTRO DE PREÇO**, mediante condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10 DE FEVEREIRO DE 2022

HORÁRIO: 10h00min (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.portaldecompraspublicas.com.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto o Registro de Preço para futura e eventual contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionados, centrais de ar e aparelhos de refrigeração, incluindo instalação e remoção, com troca de peças e fornecimento de materiais de consumo e peças, quando necessário, para os aparelhos pertencentes à Prefeitura Municipal de Marituba/PA (Sede) e suas unidades administrativas, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento do Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas diretamente junto ao Sistema Eletrônico, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

2.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao ÓRGÃO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste Edital e seus anexos.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas que, por qualquer motivo:

2.3.1. tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

2.3.2. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com a Administração, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

2.3.3. estejam impedidas de licitar e contratar com o ÓRGÃO, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

2.3.4. estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

2.3.5. encontrem-se em processo de dissolução empresarial.

2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1. Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do ÓRGÃO, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

2.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

2.4.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas anteriormente, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6. Se houver no certame item(s) e/ou grupo(s) reservado(s), não poderão participar da presente licitação as empresas que não se encaixem na condição de microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007.

2.7. É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.



3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E ANEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço total de cada item, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento / precificação do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).

3.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste Edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.3.1. No ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá anexar em campo próprio do sistema a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação estabelecidos neste Instrumento Convocatório.

3.3.2. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

3.4. Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, ou as que desatendam às exigências deste Edital.

3.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

3.6. A licitante que, porventura, se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, ou queira participar da licitação de item(s) e/ou grupo(s) exclusivos, se houver, deverá declarar em campo próprio do sistema.

3.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.8. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.9. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

3.10. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste Edital e seus anexos.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

4. DA SESSÃO PÚBLICA

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelos e-mails licitapmmarituba@gmail.com, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no chat e relatar o teor das comunicações.

4.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no chat, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Em sede de verificação de conformidade formal das ofertas cadastradas, o Pregoeiro somente poderá realizar a desclassificação das propostas antes da fase de lances quando:

5.1.1. as descrições do objeto estiverem em manifesta desconformidade com o Edital;

5.1.2. os valores ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou com presunções absolutas de inexequibilidade;

5.1.3. as informações registradas na descrição do objeto evidenciarem, de forma flagrante, a identificação da licitante.

5.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase dos lances.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

6.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4.1. Na hipótese da ausência de registro de lance durante a etapa de disputa, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7. Para envio dos lances referentes ao presente pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “aberto”, conforme procedimento estabelecido no Art. 32 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando não se tratar de licitação exclusiva ou reservada.

7.2. Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.2.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

7.2.2. não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4. A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.



8. DO JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por grupo.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. A proposta será desclassificada quando:

10.1.1. As especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no Edital;

10.1.2. Contiverem valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexecutabilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração;

10.1.3. Não apresentarem documentação técnica comprobatória exigida no Instrumento Convocatório, ou por Legislação aplicável ao objeto;

10.1.4. Impuserem condições, ou contiverem emendas, rasuras ou entrelinhas;

10.1.5. Forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

10.1.6. Não detalharem e individualizarem o objeto ofertado de forma objetiva, clara e precisa, com a definição de marca, modelo e tipo de embalagem, quando for o caso;

10.1.7. Não fizer constar todas as informações exigidas no modelo de proposta constante no Anexo II deste Edital.

10.1.8. Não apresentar prazo de validade e de cumprimento da obrigação compatíveis com o discriminado neste instrumento convocatório.

10.2. Poderá ser desclassificada a proposta comercial que estiver com o valor unitário acima do valor estimado.

10.3. Após verificada a conformidade da proposta e sua classificação, o Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II do Edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.3.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o(s) e-mail(s) licitapmmarituba@gmail.com, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no chat a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.3.2. O prazo para envio da proposta adequada ao melhor lance é de, pelo menos, 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.3.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.3.4. Em caso de não envio da proposta adequada ao melhor lance no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.4. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no Edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores unitários médios encontrados na Pesquisa Mercadológica realizada pelo ÓRGÃO, salvo autorização expressa da Autoridade Competente.

10.4.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a correção de falhas de natureza formal e a complementação de informações.

10.4.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

10.4.3. Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta (TCU – Plenário – Acórdão 1695/2019 e Súmula TCU nº 262).

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.2. No ato do cadastramento da proposta a licitante deverá observar a totalidade das exigências constantes neste Instrumento Convocatório, apresentando a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação nele constantes.

11.2.1. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

11.2.1.1. Documento de identificação oficial com foto do(s) Representante(s) Legal(is).

11.2.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.2.1.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

11.2.1.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

11.2.1.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

11.2.1.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

11.2.1.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

11.2.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

11.2.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

11.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

11.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

11.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

11.2.2.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.2.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

11.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.2.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

11.2.3.1.1. Caso qualquer dos índices contábeis denominados “Liquidez Geral”, “Liquidez Corrente” e “Solvência Geral” seja igual ou inferior a 1 (um), será a licitante inabilitada, salvo comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

11.2.3.2. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física/jurídica.

11.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.2.4.1. Atestados de Capacidade Técnica Operacional, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem aptidão para o cumprimento da obrigação em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

11.2.4.1.1. Alvará de Vigilância Sanitária expedido por Órgão competente;

11.2.4.1.2. Licença Ambiental de Operação expedida por Órgão competente;

11.2.4.1.3. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da LICITANTE, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT da sede da LICITANTE, e que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação, dentro do prazo de validade;

11.2.4.2. Indicação do Responsável Técnico, vinculado à Licitante, devidamente registrado no Conselho respectivo, acompanhado da certidão de regularidade do profissional.

11.2.5. OUTROS DOCUMENTOS:

11.2.5.1. Não serão exigidos outros cadastros e licenças para fins de habilitação .

11.2.5.2. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

11.2.5.2.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

11.2.5.2.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;

11.2.5.2.3. Declaração que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme §4º e §5º do art. 26 do Decreto nº 10.024/19.

11.2.5.2.4. Declaração que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que a proposta está de em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

11.2.5.2.5. Declaração de Proposta Independente (DPI).



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

11.3. Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio, através do campo de “anexos” do sistema, de documentação complementar.

11.3.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o(s) e-mail(s) licitapmmarituba@gmail.com, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no chat a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.3.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.3.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.3.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.3.5. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.3.5.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à COORDENADORIA DE LICITAÇÕES da Prefeitura Municipal de Marituba/PA, localizado na Rodovia BR- 316, s/nº, KM 13, Bairro: Centro, Marituba PA, CEP 67.200-000, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.3.6. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos complementares encaminhados.

11.4. Sob pena de inabilitação, os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

11.5. Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

11.5.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.6. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.7. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

11.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.7.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.8. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.8.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.9. Na fase de habilitação, caso conste a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.10. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

11.10.1. identidade dos sócios;

11.10.2. atuação no mesmo ramo de atividades;

11.10.3. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

11.10.4. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;

11.10.5. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

11.10.6. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

11.11. Diante da constatação de possível tentativa de burla ou fraude à qualquer sanção de suspensão temporária, impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade aplicada a uma outra empresa, o Pregoeiro registrará, no “chat”, os fatos e indícios levantados, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções de suspensão temporária



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

e/ou impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração, bem assim de declaração de inidoneidade aplicadas à outra pessoa jurídica:

11.12.1. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

11.12.2. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

12. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. Será analisada a proposta da primeira colocada e, caso não seja aceitável, ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

12.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

13. DO RECURSO

13.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.1.1. A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a decadência do direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.1.2. Na motivação, a licitante deverá indicar qual ato decisório é objeto da intenção de recurso e o fundamento sucinto para o pleito de reforma ou revisão.

13.1.3. O Pregoeiro realizará o exame de admissibilidade da intenção recursal, limitando-se a verificar a presença dos pressupostos recursais.

13.1.3.1. A decisão do Pregoeiro acerca da aceitação ou rejeição da intenção de recurso será devidamente motivada e registrada em campo próprio do sistema.

13.1.3.2. Não será admitida intenção de recurso quando:

13.1.3.2.1. constatada a ausência de pressuposto de admissibilidade recursal;

13.1.3.2.2. fundada em mera insatisfação da licitante;

13.1.3.2.3. ostentar caráter meramente protelatório.

13.1.4. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita poderá registrar as razões do recurso, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.1.4.1. Para o regular processamento do recurso, alerta-se que o Sistema Eletrônico exige o preenchimento, pela recorrente, do campo referente às razões recursais no prazo indicado.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

13.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3. Admitida a intenção recursal, o Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a sua decisão objeto do recurso.

13.3.1. Não havendo reconsideração da decisão, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

13.4. Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao(à) Ordenador(a) de Despesa do ÓRGÃO, nos termos do art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.5. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao(à) Ordenador(a) de Despesa.

14.2. A homologação deste Pregão compete ao(à) Ordenador(a) de Despesa.

14.3. O objeto deste Pregão será adjudicado por grupo à(s) vencedora(s) do certame.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Depois de homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preço dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1. Será exigida a assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preço mediante uso da certificação digital ICP Brasil.

15.1.2. O ÓRGÃO poderá enviar por e-mail ou fisicamente a Ata de Registro de Preço para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.

15.1.3. Caso a licitante vencedora não compareça ou assine a Ata de Registro de Preço no prazo estabelecido, fica o Pregoeiro autorizado a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo instrumento, obedecida a ordem de classificação.

15.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, desde que motivadamente, durante o transcurso do prazo, sendo facultado ao ÓRGÃO deferir o pedido.

15.3. A Ata de Registro de Preço terá vigência improrrogável de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

15.4. Será formalizada uma Ata de Registro de Preço por Beneficiário.

15.5. Os preços registrados na Ata de Registro de Preço não sofrerão qualquer reajuste antes do interregno de 12 (doze) meses, contados da apresentação, na Sessão Pública, da proposta de preços.

15.5.1. Após decorridos 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta de preços na Sessão Pública, aplicar-se-á reajuste de preço pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

15.6. A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO a firmar as contratações que deles poderão advir.

15.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

15.8. Em caso de adesões, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.8.1. As adesões à Ata de Registro de Preço somente poderão ser efetuadas com autorização do ÓRGÃO e obedecidas as regras da legislação vigente.

15.8.2. Após a autorização expressa do ÓRGÃO, o “carona” deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

15.8.3. Caberá ao ÓRGÃO autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no item acima, respeitado o prazo de vigência da Ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

15.8.4. Para fins de autorização, só serão aceitos pedidos de adesões às atas que não excedam, por órgão ou entidade solicitante, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

15.8.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preço não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16. DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1. Depois de publicada a Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora poderá ser convocada para assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1. Será exigida a assinatura eletrônica do contrato mediante uso da certificação digital ICP Brasil.

16.1.2. O ÓRGÃO poderá enviar por e-mail ou fisicamente o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.

16.1.3. Caso a licitante não compareça ou assine o contrato no prazo estabelecido, fica o Pregoeiro autorizado a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após



ESTADO DO PARÁ MUNICÍPIO DE MARITUBA PODER EXECUTIVO

negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

16.2. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

17. DAS PENALIDADES

17.1. A licitante que, convocada para assinar o Contrato Administrativo, nos prazos estabelecidos acima, ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

17.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 16.1.3, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.

17.3. Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a ÓRGÃO e será descredenciada nos Sistemas de Pregão Eletrônico pelo prazo de até 5 (cinco) anos, bem como estará sujeita ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do ajuste, se contratada, ou sobre o valor total de sua proposta, se licitante, sem prejuízo das demais cominações legais.

17.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

17.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1. Até às 17:00h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente pelo Sistema Eletrônico.

18.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

18.2.1. A impugnação não incide efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento.

18.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

18.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente pelo Sistema Eletrônico.

18.4.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento.

18.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

19.2. Integram este Edital os seguintes anexos:

19.2.1. Anexo I – Termo de Referência;

19.2.2. Anexo II – Modelo de Apresentação de Proposta;

19.2.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preço;

19.2.4. Anexo IV – Minuta de Contrato Administrativo.

19.3. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.

19.3.1. A inclusão posterior de documentos será admitida em caráter de complementação de informações acerca dos documentos enviados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, no sentido de aferir o substancial atendimento aos requisitos de proposta e de habilitação.

19.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.5. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.6. As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste Edital.

19.7. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

20. DO FORO

20.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da comarca de Marituba/PA, com exclusão de qualquer outro.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

Marituba/PA, 28 de janeiro de 2022.

ANDRÉ DAMASCENO
Coordenadoria de Licitações



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DA APRESENTAÇÃO:

Este documento foi elaborado com base nas normas legais vigentes, constituindo peça integrante e inseparável do procedimento licitatório, com fulcro no objeto discriminado adiante, para o atendimento das necessidades do Município de Marituba/PA. Por esta razão, este Termo de Referência, parte integrante do Instrumento Convocatório, tem como escopo orientar a contratação do objeto, estabelecendo exigências, procedimentos e rotinas para o correto seguimento do certame e para o cumprimento da obrigação esperada.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL:

Inicialmente, merece apresentar o que dispõe o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Corroborando com a Carta Magna vem a Lei de Licitações nº 8.666/1993, em seu Art. 1º, parágrafo único:

“Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.”

Visto isto, para cumprimento do Princípio Administrativo da Legalidade, norteador dos atos praticados pela Administração Pública, deve o pretenso procedimento licitatório obedecer aos seguintes diplomas legais: Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 - Modalidade Pregão, Decreto Federal nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000 - Pregão Presencial (se for o caso) Decreto Federal nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019 - Pregão Eletrônico (se for o caso), Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Lei nº 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações e Contratos.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

Com base nisto, dada a possível necessidade da contratação do objeto deste Termo de Referência, com fulcro, ainda, na justificativa apresentada neste instrumento, resta-nos imperioso proceder com a pretensa licitação, para atingimento da finalidade pretendida e, por consequência, satisfação do interesse público.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

O município de Marituba/PA, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, possui 103,214 km² de extensão territorial e uma população estimada em 133.685 (cento e trinta e três mil seiscentos e oitenta e cinco) habitantes, que utilizam dos serviços públicos essenciais, garantidos constitucionalmente a qualquer cidadão.

Com previsão de temperatura elevada o ano todo no Município, se exige que tenhamos um sistema de climatização adequado e que esteja em plenas condições de uso, de forma a manter um ambiente satisfatório para o bom desempenho dos servidores na realização de suas atividades.

Portanto, imprescindível a contratação de serviço para instalação, retirada e manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado com reposição de peças, considerando a necessidade do pronto restabelecimento da operacionalidade dos equipamentos. Além disso, a demora na correção de falha poderá acarretar prejuízo para o conjunto do sistema do ar condicionado e dos equipamentos de refrigeração, bem como a interrupção dos serviços administrativos.

A respeito da manutenção preventiva, a Resolução RE nº 9, de 16/01/2003, da ANVISA, estabelece as condições mínimas a serem obedecidas em prédios com sistemas de refrigeração artificial, determinando critérios rígidos de manutenção, operação e controle, de forma a garantir a qualidade do ar de interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

Já a manutenção corretiva justifica-se pelo fato da Prefeitura Municipal de Marituba não dispor de mão de obra especializada, em seu quadro de servidores, para a realização de serviços de retificação ou substituição de peças e/ou componentes que porventura vierem a apresentar defeitos durante o funcionamento do sistema de climatização.

Outro fator é a limpeza que se, por um lado, é necessária para a remoção de sujeiras, por outro, pode piorar a qualidade do ar caso produtos inadequados sejam utilizados. Por isso, é importante conscientizar os funcionários responsáveis pela limpeza para a qualidade dos produtos usados, seu armazenamento e sua manipulação.

Os materiais de que trata este Termo de Referência destinam-se ao atendimento das demandas que venham a ocorrer de manutenção corretiva e preventiva dos logradouros e prédios públicos do Município de Marituba/PA, sejam de competência da Prefeitura Municipal, sejam de competência de suas Secretarias desconcentradas. Ou seja, visa-se garantir intervenções céleres e pontuais nas instalações e estruturas, tais como reparar, restaurar, manter, preservar, conservar, dentre outras coisas, as unidades administrativas e afins.

Há que se ressaltar que, para este tipo de demanda, por atender a manutenção e conservação de logradouros e prédios públicos, não se consegue mensurar, com exatidão, a



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

quantidade que poderá ser utilizada no decorrer do exercício, uma vez que, além da manutenção preventiva esperada, fatos extraordinários podem ocorrer, gerando uma demanda que se desconhecia.

Assim, se faz necessário, quando do dimensionamento dos itens elencados, projetar um atendimento fictício de uma demanda robusta e geral de reparos e manutenções, para que se evite surpresas desagradáveis no decorrer do exercício e, por conseguinte, seja afetado o interesse coletivo de não ver segmentados os serviços públicos essenciais.

No intuito de permitir um melhor gerenciamento das aquisições, sem prejuízo da economia de escala e da eficiência dos recursos aplicados, com o objetivo de atender às demandas deste órgão, considerando as normas veiculadas pelo Art. 15, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Arts. 2º e 50 da Lei 9784/99, justifica-se o Registro de Preços quando, pelas características do bem ou serviço:

- a) houver necessidade de contratações frequentes;
- b) quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;
- c) quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade;
- d) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, nos termos do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

A Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP justifica-se quando, em razão das características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes (art. 3º, I do Decreto nº 7.892/2013), permitindo, desta forma, a possibilidade de maior economia de escala na aquisição de produtos ou serviços para o período de até um ano, visando o aumento da eficiência administrativa e a celeridade da contratação.

Além disto, considerando ainda a natureza dos itens a serem adquiridos, que guardam relação entre si – respaldado em entendimento pacificado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 5.260/2011-1ª Câmara e Acórdão nº 861/2013 Plenário) e primando pela eficiência no Serviço Público – mostra-se pertinente a aquisição de alguns itens através de lotes, organizados de forma lógica e mercadológica, conforme discriminado neste Termo de Referência.

A adoção da tal medida se faz adequada e imperiosa para padronizar as rotinas deste órgão, padronizar em características e qualidade os itens que guardam relação estrita entre si, assim como evitar o aumento excessivo do número de fornecedores, o que impediria o bom gerenciamento das contratações administrativas.

A utilização desta ferramenta de agrupamento, inclusive, encontra respaldo no Decreto nº 7.892/2013, Art. 8º, § 1º e § 2º, ao ponto que reconhece a necessidade de trazer, não apenas mais competitividade ao certame, mas evitar a contratação de mais de uma empresa para a execução de uma mesma obrigação, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização. É primordial, porém, agrupar os itens de forma técnica e mercadológica.

É certo que este formato de organização do objeto a ser licitado visa aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento dos



ESTADO DO PARÁ MUNICÍPIO DE MARITUBA PODER EXECUTIVO

itens licitados de forma agrupada, bem como facilitar e otimizar a gestão dos contratos, pois, caso os itens sejam divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de quaisquer deles comprometerá todo o planejamento educacional e a prestação dos serviços públicos essenciais.

Tal entendimento, inclusive, encontra suporte em decisão do Colendo Tribunal de Contas da União - TCU, como se vê no excerto abaixo:

‘5. É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

(...)

Analizando o feito, anotou o relator a pertinência da representação, “haja vista não ser a matéria, como visto, pacífica no âmbito do TCU, de sorte que, de certa maneira, enseja a análise de situações concretas, para que se possa concluir se houve, ou não, afronta à competitividade do certame”. No caso vertente, em que 16 lotes contemplaram 107 itens, o relator consignou que a adoção da licitação por itens isolados exigiria “elevado número de procedimentos para seleção”, o que “tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração”.

(...)

“diante das peculiares circunstâncias do presente caso concreto (...) a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em lotes, com elementos de mesma característica.”.
(Acórdão 5301/2013-Segunda Câmara, TCU 009.965/2013-0, relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, 3.9.2013.)

Destarte, a futura e eventual contratação de itens correlatos de um mesmo fornecedor favorece a rotina da Unidade, diante de eventuais descompassos decorrentes do fornecimento de produtos por diferentes fornecedores, uma vez que lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, a saber: fornecimento, vida útil e garantia dos produtos.

4. OBJETO:

4.1. Registro de Preço para futura e eventual contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionados, centrais de ar e aparelhos de refrigeração, incluindo instalação e remoção, com troca de peças e fornecimento de materiais de consumo e peças, quando necessário, para os aparelhos pertencentes à Prefeitura Municipal de Marituba/PA (Sede) e suas unidades administrativas, Secretaria Municipal de Saúde,



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

5.1. Para atendimento das necessidades do Município de Marituba/PA, o objeto a ser contratado seguirá as especificações detalhadas no quadro abaixo:

LOTE ÚNICO								
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM MÃO DE OBRA INCLUSA E MATERIAL MÍNIMO NECESSÁRIO TAIS COMO: COMPRESSOR, CAPACITOR, HÉLICE DA CONDENSADORA, VÁLVULA DE EXPANSÃO, CARGA DE GÁS R22 OU R410, CONTROLE UNIVERSAL DA MÁQUINA E, MOTOR DA CONDENSADORA								
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. ESTIMADA	SEMAD	SEMED	SEMADS	SESAU	QUANT. TOTAL ESTIMADA POR ANO
1	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado de janela/ ACJ de 7.000 btus	Serviço	1	7	0	3	0	10
2	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado de janela/ ACJ de 10.000 btus	Serviço	1	0	0	0	3	3
3	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da	Serviço	1	0	17	0	7	24



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

	máquina e, motor da condensadora em ar condicionado Split de 7.000 btus							
4	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado Split de 7.500 btus	Serviço	1	2	0	4	30	36
5	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado Split de 9.000 btus	Serviço	1	33	40	21	143	238
6	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado Split de 12.000 btus	Serviço	1	61	338	25	91	489
7	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado Split de 18.000 btus	Serviço	1	22	681	14	25	653



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

8	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado Split de 22.000 btus	Serviço	1	0	0	0	1	1
9	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado Split de 24.000 btus	Serviço	1	3	355	2	8	329
10	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado de 30.000 btus	Serviço	1	2	112	5	3	96
11	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado de 36.000 btus	Serviço	1	2	109	1	12	134



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

12	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado de 42.000 btus	Serviço	1	1	0	3	0	4
13	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado Split de 58.000 btus	Serviço	1	0	0	0	3	3
14	Serviço de manutenção corretiva com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, capacitor, hélice da condensadora, válvula de expansão, carga de gás R22 ou R410, controle universal da máquina e, motor da condensadora em ar condicionado Split de 60.000 btus	Serviço	1	0	3	0	4	7

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA - LIMPEZA GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. ESTIMADA	SEMAD	SEMED	SEMADS	SESAU	QUANT. TOTAL ESTIMADA POR ANO
15	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado de janela/ACJ de 7.000 btus	Serviço	2	7	0	3	0	20
16	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado de janela/ACJ de 10.000 btus	Serviço	2	0	0	0	3	6
17	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar	Serviço	2	0	17	0	7	48



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

	condicionado split de 7.000 btus							
18	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado split de 7.500 btus	Serviço	2	2	0	4	30	72
19	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado split de 9.000 btus	Serviço	2	33	40	21	143	476
20	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado split de 12.000 btus	Serviço	2	61	338	25	91	978
21	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado split de 18.000 btus	Serviço	2	22	681	14	25	1306
22	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado split de 22.000 btus	Serviço	2	0	0	0	1	2
23	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado split de 24.000 btus	Serviço	2	3	355	2	8	658
24	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado split de 30.000 btus	Serviço	2	2	112	5	3	192
25	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado split de 36.000 btus	Serviço	2	2	109	1	12	268
26	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado split de 42.000 btus	Serviço	2	1	0	3	0	8
27	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado split de 58.000 btus	Serviço	2	0	0	0	3	6
28	Manutenção preventiva: limpeza em geral em ar condicionado split de 60.000 btus	Serviço	2	0	3	0	4	14
SERVIÇO ESTIMADO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE JANELA E SPLIT, COM TODO MATERIAL NECESSÁRIO FORNECIDO PELA EMPRESA CONTRATADA								
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. ESTIMADA	SEMAD	SEMED	SEMADS	SESAU	QUANT. TOTAL ESTIMADA POR ANO



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

29	Instalação de Ar Condicionado de Janela/ACJ: serviço de instalação de ar condicionado, com todo material necessário fornecido pela empresa contratada em ar condicionado de janela de 7.000 btus	Serviço	1	3	0	2	0	5
30	Instalação de Ar Condicionado de Janela/ACJ: serviço de instalação de ar condicionado, com todo material necessário fornecido pela empresa contratada em ar condicionado de janela de 10.000 btus	Serviço	1	0	0	0	2	2
31	Serviço de instalação de ar condicionado split, com todo material necessário fornecido pela empresa contratada (tubulação de cobre de até 3m de distância e carga de gás completa) em ar condicionado split de 7.000 btus a 18.000 btus	Serviço	1	72	724	32	148	976
32	Serviço de instalação de ar condicionado split, com todo material necessário fornecido pela empresa contratada (tubulação de cobre de até 3m de distância e carga de gás completa) em ar condicionado split de 22.000 btus a 30.000 btus	Serviço	1	5	408	7	12	432
33	Serviço de instalação de ar condicionado split, com todo material necessário fornecido pela empresa contratada (tubulação de cobre de até 3m de distância e carga de gás completa) em ar condicionado split de 36.000 btus a 42.000 btus	Serviço	1	2	54	2	6	64
34	Serviço de instalação de ar condicionado split, com todo material necessário fornecido pela empresa contratada (tubulação de cobre de até 3m de distância e carga de	Serviço	1	0	1	0	4	5



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

	gás completa) em ar condicionado split de 58.000 btus a 60.000 btus							
SERVIÇO ESTIMADO DE REMOÇÃO DE AR CONDICIONADO DE JANELA E SPLIT, COM TODO MATERIAL NECESSÁRIO FORNECIDO PELA EMPRESA CONTRATADA								
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. ESTIMADA	SEMAD	SEMED	SEMADS	SESAU	QUANT. TOTAL ESTIMADA POR ANO
35	Remoção de Ar Condicionado de Janela/ACJ: serviço de remoção de ar condicionado de janela de 7.000 btus	Serviço	1	3	0	2	0	5
36	Remoção de Ar Condicionado de Janela/ACJ: serviço de remoção de ar condicionado de janela de 10.000 btus	Serviço	1	0	0	0	2	2
37	Serviço de remoção de ar condicionado split de 7.000 btus a 18.000 btus	Serviço	1	72	724	32	148	976
38	Serviço de remoção de ar condicionado split de 22.000 btus a 30.000 btus	Serviço	1	5	408	7	12	432
39	Serviço de remoção de ar condicionado split de 36.000 btus a 42.000 btus	Serviço	1	2	54	2	6	64
40	Serviço de remoção de ar condicionado split de 58.000 btus a 60.000 btus	Serviço	1	0	1	0	4	5
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO								
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. ESTIMADA	SEMAD	SEMED	SEMADS	SESAU	QUANT. TOTAL ESTIMADA POR ANO
41	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de GELADEIRA com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, filtro, condensador, relé, termostato, carga de gás R134a	Serviço	2	6	106	10	70	384



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

42	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de FREEZER com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, filtro, condensador, relé, termostato, carga de gás R134a	Serviço	2	2	147	11	0	320
43	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de BEBEDOURO com mão de obra inclusa e material mínimo necessário tais como: compressor, filtro, condensador, relé, termostato, carga de gás R134a	Serviço	2	22	119	12	17	340

5.2. Deverá a CONTRATADA que prestará os serviços de manutenção preventiva e corretiva elaborar um Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC);

5.2.1. O PMOC deverá ser implantado no prazo máximo de 180 dias.

5.2.2. Deverá constar no PMOC as informações que identificam o local, descrição das atividades, dentre outros aspectos que respeitam o que determina a legislação relacionada à Segurança e Medicina do Trabalho.

5.2.3. Para os sistemas acima de 5,0TRs (15.000 kcal/h = 60.000 BTU/H) é necessário a CONTRATADA indicar um responsável técnico habilitado pelo PMOC.

5.3. Descrição dos serviços de manutenção preventiva:

5.3.1. Caberá à empresa CONTRATADA os serviços de manutenção preventiva que consistem na execução de procedimentos rotineiros estabelecidos em cronograma de manutenção.

5.3.1.1. A manutenção preventiva busca prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações de ar condicionado, mantendo-as em perfeito estado de uso, de acordo com projetos, manuais, normas técnicas dos fabricantes e da área da saúde.

5.3.1.2. O cronograma de manutenção preventiva será elaborado pela empresa CONTRATADA, após aprovação da CONTRATANTE.

5.3.2. A CONTRATADA será responsável por eventuais danos aos equipamentos decorrentes da manutenção preventiva, seja por dolo ou culpa, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, devendo corrigir eventuais defeitos e vícios do serviço tais como pingamentos, vazamentos de gás, mal funcionamento do equipamento, dentre outros, em até 1 (uma) hora da comunicação pela fiscalização, se tais vícios forem detectados em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da manutenção preventiva.

5.4. Descrição do serviço de manutenção corretiva:

5.4.1. A empresa CONTRATADA deverá executar os trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção dos defeitos e anormalidades do sistema de ar condicionado, objeto deste Termo de Referência.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

5.4.2. A Contratada deverá prover todos os materiais (tais como estopas, querosene, materiais de limpeza, fusíveis, graxa, gás, entre outros necessários) e equipamentos (tais como medidores de corrente elétrica, medidores de temperatura, medidores de carga do gás, entre outros) para realizar os serviços de manutenção corretiva

5.5. Dos serviços de instalação e remoção:

5.5.1. Deverão estar inclusos nas propostas de preços para os serviços de instalação e remoção das centrais de ar os acessórios e materiais necessários para a devida execução dos serviços.

5.5.2. Caso seja necessária a linha frigorígenas de cobre superior ao tamanho estipulado no Lote 03, a CONTRATANTE arcará apenas com a metragem excedente.

5.5.3. Entende-se por serviço de remoção aquele realizado com o objetivo de retirada total do equipamento.

5.5.4. Os serviços de instalação e remoção somente serão pagos quando houver utilização.

5.6. Da manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de refrigeração (geladeira, freezer e bebedouro):

5.6.1. A CONTRATADA deverá atender aos chamados da CONTRATANTE, para os serviços no prédio Sede da Prefeitura de Marituba, suas unidades administrativas, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, contados a partir do recebimento da requisição. O prazo para conclusão dos serviços não poderá ser superior a 06 (seis) dias úteis.

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

6. DA LICITAÇÃO:

6.1. Recomenda-se pela utilização da modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com Sistema de Registro de Preço, do tipo Menor Preço.

6.1.1. O Órgão Gerenciador do Registro de Preços será a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA/PA, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

6.1.2. O(s) Órgão(s) atendido(s) por esta Ata de Registro de Preços, conforme detalhamento no painel de itens, são: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA/PA (SEMAD e demais Secretarias Concentradas); SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; e SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

6.2. O critério de julgamento se aplicará por Lote.

6.3. Os preços médios cotados pela Administração serão adotados como maior preço aceitável para esta licitação.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

6.4. Com esteio na Súmula nº 247 – TCU, o critério de julgamento de menor preço por lote é necessário para o certame vez que, se assim não fosse, haveria prejuízo para a satisfação do interesse público e perda de economia de escala.

6.4.1. A justificativa para a utilização do critério de julgamento menor preço por lote é que a variedade de fornecedores para os itens inseridos nos pequenos grupos refletiria na perda de economia, já que os itens serão utilizados necessariamente em conjunto, de forma complementar.

6.4.2. Justifica-se também a adoção do critério de julgamento de Menor Preço por Lote pelo fato de que individualizar a compra de itens sobrecarrega a administração pública e encarece o produto final, enquanto que, se o objeto é o lote, os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando quantidades maiores.

6.4.3. Além disso, considerando que esta Administração Municipal possui um corpo de servidores reduzido, o gerenciamento de um contrato com todos os itens do grupo se torna muito mais vantajoso para a Administração, do ponto de vista de suas necessidades administrativas e operacionais, ampliando a qualidade na execução dos serviços desta Administração Municipal.

6.4.4. Os grupos foram organizados tecnicamente, seguindo critérios lógicos e mercadológicos de agrupamento, a fim de que as compras atendam ao princípio da padronização, visando a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho entre os itens, assim como condições similares de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, com esteio no Art. 15, I, da Lei nº 8.666/1993.

6.4.5. No caso concreto, a possibilidade de haver perda da economia de escala para o conjunto dos produtos a serem adquiridos se enquadra na exceção prevista na Súmula nº 247 – TCU.

6.5. Poderão participar da licitação as empresas que:

6.5.1. Desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência;

6.5.2. Atendam às exigências constantes neste Termo de Referência, no Edital e nos seus anexos, em especial quanto à documentação requerida para sua habilitação.

6.6. Para fins de habilitação técnica, deve a Licitante apresentar a seguinte documentação:

6.6.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão da proponente para desempenho de atividades em características, quantidades e prazos semelhantes às descritas neste Termo de Referência;

6.6.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) se apresentar em nome da Licitante, com indicação de seu CNPJ, e fazer constar, impreterivelmente, a identificação do contratante, as especificações dos produtos fornecidos, as quantidades efetivamente entregues de cada produto e os prazos para fornecimento, consignando que foram plenamente cumpridos.

6.6.1.2. No caso da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público, deverá constar ainda a indicação da Ata de Registro de Preços (se



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

for o caso) e sua vigência, e/ou a indicação do contrato administrativo (se for o caso) e sua vigência contratual.

6.6.1.3. Licença Ambiental de Operação expedida por Órgão competente.

6.6.1.4. Alvará da Vigilância Sanitária expedida por Órgão competente.

6.7. Caso a empresa não disponha de escritório ou representação na Região Metropolitana de Belém/PA, que compreende os municípios de Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara e Benevides, deverá apresentar Declaração, junto à proposta de preços cadastrada, de que o licitante, providenciará as instalações no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato, de forma que a CONTRATANTE possa tratar dos assuntos pertinentes ao objeto deste Termo de Referência, de maneira física, célere e eficiente, haja vista o prazo para cumprimento das obrigações.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. Uma vez que o Registro de Preço denota eventual e futura contratação, pautada na oportunidade e conveniência da Administração, a dotação orçamentária só será informada quando da possível contratação, ou utilização da Ata de Registro de Preço por instrumento congênere permitido.

7.2. Nas licitações para Registro de Preços não se faz necessário indicar previamente dotação orçamentária, a qual somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 7º, § 2º do Decreto Federal nº 7.892/2013.

8. DAS CONDIÇÕES PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO:

8.1. O objeto será recebido:

8.1.1. Provisoriamente, a partir da execução do serviço, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta;

8.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias do recebimento provisório;

8.1.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

8.1.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução de serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8.2. O objeto será executado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da expedição da Requisição, assinada por servidor com poderes para tal.

8.3. Verificada falha ou imperfeição que impeça a satisfação, o recebimento ou a utilização do objeto do contrato nas finalidades administrativas institucionais, saná-las no prazo máximo de até 03 (três) horas, contados da comunicação formal Administração.

8.4. O objeto será satisfeito nas quantidades solicitadas através de formulário específico de Requisição, assinado pela chefia imediata e/ou servidor credenciado para tal.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

8.5. As solicitações dar-se-ão de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, desde que dentro do prazo de vigência contratual, ou da Ata de Registro de Preços.

8.6. Os serviços deverão ser solicitados pelo executor do CONTRATO que poderá formalizar por meio de telefone, e-mail, ofício ou qualquer outra forma de comunicação.

8.7. Todos os serviços realizados também deverão ser materializados através de sua O.S (ORDEM DE SERVIÇO) devidamente assinada e atestada pelo órgão competente da contratante;

8.8. O objeto deverá apresentar a garantia de pelo menos 90 (noventa) dias, a partir da data de sua execução.

8.9. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva executados deverão obedecer rigorosamente:

8.9.1. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;

8.9.2. Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;

8.9.3. Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial a NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão; a NBR 16401-1 – Instalações de ar condicionado.

8.9.4. Às disposições legais federais e decretais pertinentes;

8.9.5. Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;

8.9.6. Às normas técnicas específicas, se houver;

8.9.7. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:

8.9.7.1. À NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

8.9.7.2. À NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

8.9.7.3. À NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

8.9.7.4. À NR-23: Proteção Contra Incêndios.

8.9.8. À Resolução nº 218/73 do CONFEA;

8.9.9. À Resolução CFT 68/19;

8.9.10. À Resolução RE nº 9/03, da ANVISA

8.9.11. À Resolução nº 237/97 do CONAMA.

8.9.12. À Portaria nº 3523/GM e 176/GM do Ministério da Saúde.

8.10. Caso o responsável técnico da empresa CONTRATADA, atribuído para elaboração do Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC), julgar necessárias alterações ou complementações nas rotinas de manutenção, para o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos, instalações e redes frigorígenas, deverá submeter o assunto à CONTRATANTE.

8.11. Os serviços deverão ser executados por técnicos especializados, sob a supervisão direta da CONTRATADA, a fim de manter os aparelhos e equipamentos adequadamente ajustados e em perfeito estado de conservação e funcionamento;

8.12. Os técnicos da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando crachás;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

8.13. Os serviços empregados serão tais que proporcionem e garantam perfeitas condições de funcionamento e segurança dos sistemas de ar condicionado e abrangerão todos os componentes, equipamentos e instalações de ventilação;

8.14. Será de total responsabilidade da empresa CONTRATADA a execução de serviços, tais como: serviços de torno e solda, balanceamentos, aferições de equipamentos eletrônicos, tratamento químico da água de condensação, entre outras tarefas de rotina.

8.15. O serviço de operação do sistema de ar condicionado será realizado diariamente, consistindo no seu monitoramento, devendo ser verificado ao longo do expediente se o sistema está funcionando no automático. O deslocamento deverá ser realizado de acordo com a tabela definida no item 13 deste Termo de Referência.

8.16. Os serviços de manutenção corretiva de equipamentos de refrigeração (geladeira, freezer e bebedouro) deverão ser realizados quando ocorrerem problemas de funcionamento, assim entendido como qualquer defeito que venha interferir no bom funcionamento do equipamento, tendo como quantidade estimada para fins orçamentários a realização de duas manutenções corretivas por ano.

8.17. No caso da necessidade da retirada do equipamento para realização da manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá disponibilizar provisoriamente um equipamento similar, até que sejam concluídos os serviços, de acordo com a requisição da CONTRATANTE.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Cabe à CONTRATADA o cumprimento de todos os requisitos descritos neste Termo de Referência, nos termos da legislação vigente, e ainda:

9.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação;

9.3. Atender, de imediato, às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a execução da obrigação;

9.4. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução da obrigação;

9.5. Manter junto ao CONTRATANTE um representante e/ou preposto para acompanhamento da obrigação.

9.6. A CONTRATADA responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento da obrigação, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990.

9.7. O dever previsto no item anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) horas, o(s) item(s) com avarias ou defeitos.

9.8. Responsabilizar-se por todos os recolhimentos tributários federais, estaduais e/ou municipais incidentes ao objeto deste Termo de Referência.

9.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE e/ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, em virtude de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, bem como pelas despesas originadas de



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

infrações ou da inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar a CONTRATANTE por quaisquer pagamentos que este seja obrigado a fazer a esses títulos, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

9.10. Responsabilizar-se, na execução do objeto deste Termo de Referência, por todas as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, adicionais, vale-refeição, transporte (de pessoal, materiais e acessórios), estadias, encargos (sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários), seguros, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, inclusive aqueles vinculados a empresas que lhe prestarem serviço (distribuidoras, transportadoras etc.).

9.11. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações.

9.12. Implementar de forma adequada o planejamento, a execução e a supervisão permanente da obrigação, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta.

9.13. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

9.14. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde pública e no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

9.15. A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, comunicando ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

9.16. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar os empregados e colaboradores nesse sentido.

9.17. É expressamente vedado à CONTRATADA a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 2º grau, durante a vigência deste contrato.

9.18. A CONTRATADA deverá fornecer, obrigatoriamente, endereço eletrônico (e-mail) para comunicações extraoficiais e oficiais, inclusive para receber notificações.

9.19. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

9.20. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre qualquer irregularidade verificada no cumprimento da obrigação.

9.21. Cumprir a obrigação em conformidade com o que vier a ser contratado, levando-se em consideração todas as especificações constantes no Termo de Referência, no Edital de Licitação e na proposta consolidada, inclusive unidade de medida, valor unitário e demais pertinentes ao feito.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

9.22. A CONTRATADA será responsável pelo cumprimento da obrigação, desde a sua origem até o local de entrega/execução, definido neste Termo de Referência, sem quaisquer complementos nos preços contratado ou pagamento adicional referente a deslocamento.

9.23. Satisfazer a obrigação no local consignado neste Termo de Referência, observando ainda o horário de funcionamento administrativo.

9.24. Cumprir a obrigação apenas na presença de servidor competente, mediante apresentação de identificação funcional, com lotação específica na CONTRATANTE.

9.25. Havendo desrespeito injustificado aos prazos ou de descumprimento das demais obrigações estabelecidas, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

9.26. Se após a comunicação formal a CONTRATADA se recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar os vícios, defeitos ou inadequações do objeto deste Termo de Referência, ficará sujeita às penalidades estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, podendo ainda a CONTRATANTE requisitar reparação dos eventuais danos e prejuízos provocados.

9.27. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência, quando se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução/fornecimento.

9.29. Prover, instalar, configurar e ativar todos os equipamentos necessários para o atendimento integral dos serviços de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, e responsabilizar-se por todo meio de transmissão, conexão, materiais, equipamentos, acessórios e mão de obra necessários para o seu bom funcionamento.

9.30. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parte alguma do contrato.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. Indicar os responsáveis pela gestão do contrato, aos quais competirão, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93, a fiscalização da obrigação, através do gerenciamento e acompanhamento da execução do contrato durante toda a sua vigência.

10.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA em suas dependências, desde que respeitadas às normas de segurança.

10.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma convencionada, dentro dos prazos previstos, desde que atendidas às formalidades necessárias após a aceitação dos serviços.

10.4. Notificar e comunicar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

10.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA.

10.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

11. DA VIGÊNCIA:

11.1. O contrato administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

11.2. Por se tratar de serviço comum de natureza essencial e continuada, o prazo de vigência do(s) Contrato(s) advindo(s) desta Licitação será de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura.

11.3. O contrato poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por igual período ou período inferior ao do contrato administrativo.

11.4. O contrato poderá ter seu prazo aditado por quantas vezes for necessário, desde que respeitado o limite disposto pelo art. 57 e seguintes da Lei nº 8.666/93, e caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea:

11.4.1. A obrigação fora cumprida regularmente;

11.4.2. A CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária, por três vezes;

11.4.3. A Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;

11.4.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

11.4.5. A CONTRATADA concorde com a prorrogação.

12. DO REAJUSTE:

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação das propostas na Sessão Pública.

12.2. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, aplicável exclusivamente aos serviços de natureza essencial e continuada já prorrogados por Termo Aditivo.

12.5. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.6. A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

12.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, a CONTRATANTE elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de apostilamento.

12.9. O reajuste será realizado por apostilamento.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

13. DO LOCAL:

13.1. A satisfação do objeto do contrato administrativo se dará de forma descentralizada, em mais de um endereço, conforme descrição abaixo, em que consta o tipo, capacidade e localização do equipamento:

SECRETARIA GESTORA: PMM				
Nº	LOCAL	ENDEREÇO	EQUIPAMENTOS	QTD
1	Prefeitura (Gabinete/Vice/Controladoria)	Prefeitura Municipal de Marituba - Rodovia BR-316, Km 12 s/n	Ar condicionado split de 9.000 btus	7
			Ar condicionado split de 12.000 btus	9
			Ar condicionado split de 18.000 btus	1
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Ar condicionado split de 42.000 btus	1
2	SEMAD	Prefeitura Municipal de Marituba - Rodovia BR-316, Km 12 s/n	Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Ar condicionado split de 12.000 btus	6
			Ar condicionado split de 18.000 btus	3
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Bebedouro	1
3	SEPLAN	Prefeitura Municipal de Marituba - Rodovia BR-316, Km 12 s/n	Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 30.000 btus	1
4	SEOF	Prefeitura Municipal de Marituba - Rodovia BR-316, Km 12 s/n	Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Ar condicionado split de 12.000 btus	6
			Ar condicionado split de 18.000 btus	4
			Bebedouro	3
5	SEHAB	Rua da passarela, Nº 244 - Bairro Decouville.	Ar condicionado split de 9.000 btus	4
			Ar condicionado split de 12.000 btus	5
			Ar condicionado split de 18.000 btus	2
			Ar condicionado split de 30.000 btus	1
			Geladeira	1
			Bebedouro	1
6	SEDETER	Galeria Bastos, Avenida Fernando Guilhon Nº 4916	Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	8
			Ar condicionado split de 18.000 btus	2
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Bebedouro	1
7	SEIDUR - GARAGEM	Rua Antônio Bezerra Falcão Nº 1351	Ar condicionado split de 9.000 btus	2
			Ar condicionado split de 12.000 btus	8
			Ar condicionado split de 18.000 btus	2
			Geladeira	1
			Freezer	2



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

			Bebedouro	2
8	SEIDUR - USINA	Rua Decouville Nº 2406 - Bairro Decouville	Ar condicionado de janela/ ACJ de 7.000 btus	2
			Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Bebedouro	1
9	SEDAP - ADMINISTRATIVO	Avenida Fernando Guilhon, Nº 415 - Bairro Centro	Ar condicionado split de 9.000 btus	2
			Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Bebedouro	1
			Geladeira	1
10	SEDAP - Feira Simão Jatene	x	Ar condicionado split de 12.000 btus	1
11	SEGMOB - ADM/DC	RUA CLAUDIO BARBOSA DA SILVA, 1995 BAIRRO DECOUVILLE	Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	3
			Bebedouro	1
			Geladeira	1
12	SEGMOB - DIRETRAN	RUA CLAUDIO BARBOSA DA SILVA, 1995 BAIRRO DECOUVILLE	Ar condicionado split de 9.000 btus	4
			Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Bebedouro	1
13	SEGMOB - Guarda Civil	AVENIDA JOAO PAULO SEGUNDO, Nº 1171, BAIRRO DOM ARISTIDES	Ar condicionado split de 9.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	1
			Bebedouro	1
14	SEMMA - ADMINISTRATIVO	Rua Assis Dória, Nº 650 - Bairro Pedreirinha	Ar condicionado split de 7.500 btus	2
			Ar condicionado split de 9.000 btus	2
			Ar condicionado split de 12.000 btus	8
			Bebedouro	3
			Geladeira	1
15	SEMMA - AUMIGOS	Rua Assis Dória, Nº 650 - Bairro Pedreirinha	Ar condicionado de janela/ ACJ de 7.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	1
			Bebedouro	1
16	SECEL	Ginasio Poliesportivo de Marituba - Rodovia BR316 km12 S/N	Ar condicionado de janela/ ACJ de 7.000 btus	4
			Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Bebedouro	4
17	SECEL - Casa da Cultura	Rua Antônio Bezerra Falcão, 631 - Boa Vista	Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Ar condicionado split de 18.000 btus	3
			Ar condicionado split de 36.000 btus	2
			Bebedouro	1
			Geladeira	1

SECRETARIA GESTORA: SEMED

Nº	LOCAL	ENDEREÇO	EQUIPAMENTOS	QTD
----	-------	----------	--------------	-----



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

18	SEMED - SECRETARIA	Estrada da Pirelli Nº 28 - Bairro: Decouville	Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Ar condicionado split de 18.000 btus	153
			Ar condicionado split de 24.000 btus	10
			Ar condicionado split de 30.000 btus	4
			Ar condicionado split de 60.000 btus	3
			Geladeira	2
			Freezer	11
			Bebedouro	1
19	DEPOSITO MUNICIPAL DA SEMED	Rua Alfredo Calado - Bairro Mirizal	Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	5
			Ar condicionado split de 24.000 btus	6
			Ar condicionado split de 30.000 btus	2
			Geladeira	7
			Freezer	6
			Bebedouro	8
20	BIBLIOTECA MUNICIPAL DE MARITUBA	Rua Cláudio Barbosa da Silva - Bairro Centro	Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	4
			Ar condicionado split de 24.000 btus	5
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
21	Conselho Municipal de Educação de Marituba - COMEM	Av. João Paulo II - Bairro Colônia	Ar condicionado split de 12.000 btus	8
			Ar condicionado split de 18.000 btus	4
			Geladeira	1
			Bebedouro	1
22	Unidades Especializadas em Educação Especial e Inclusiva - EMAEEI - UMAAM - UMACS - UMADS - UMAPEM	Rua do Eucalipital, nº 309 - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 18.000 btus	15
			Ar condicionado split de 30.000 btus	1
			Geladeira	2
			Freezer	3
			Bebedouro	4
23	EMEIF Portal do Saber	Rua São Francisco - Bairro: Nova União	Ar condicionado split de 12.000 btus	5
			Ar condicionado split de 18.000 btus	4
			Ar condicionado split de 24.000 btus	2
			Ar condicionado split de 30.000 btus	8
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
24	EMEF Maria de Fátima Monteiro Ferreira	Trav. 1º de Maio - Bairro: Mirizal	Ar condicionado split de 12.000 btus	3
			Ar condicionado split de 18.000 btus	1
			Ar condicionado split de 24.000 btus	12



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

			Geladeira	3
			Freezer	2
			Bebedouro	3
25	EMEIF Centro Educacional Alegria do Saber	Rua do Fio - Bairro: Novo Horizonte	Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	8
			Ar condicionado split de 18.000 btus	4
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Ar condicionado split de 30.000 btus	1
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	2
26	EMEIF João Milton Dantas	Rua do Fio - Bairro Novo	Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Ar condicionado split de 18.000 btus	2
			Ar condicionado split de 24.000 btus	23
			Ar condicionado split de 36.000 btus	4
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
27	EMEIF Associação Beneficente Luz e Vida	Estrada da Cerâmica, Trav. Da Assembleia - Bairro São Francisco	Ar condicionado split de 18.000 btus	14
			Ar condicionado split de 24.000 btus	4
			Ar condicionado split de 30.000 btus	1
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	1
28	Escola de Atividade Complementar Construindo Cidadania	Rua Assis Dória - Bairro Pedreirinha	Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	5
			Ar condicionado split de 24.000 btus	9
			Ar condicionado split de 30.000 btus	2
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	1
29	EMEIF Dolores Martins Ribeiro	Passagem Jau - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 12.000 btus	14
			Ar condicionado split de 18.000 btus	3
			Ar condicionado split de 24.000 btus	4
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	2
30	EMEIF Nossa Sra. da Paz	4ª Rua - Bairro Novo	Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Ar condicionado split de 30.000 btus	16
			Geladeira	2
			Freezer	4



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

			Bebedouro	2
31	EMEF São José	Rua Chaves Rodrigues - Bairro São José	Ar condicionado split de 12.000 btus	5
			Ar condicionado split de 18.000 btus	9
			Ar condicionado split de 24.000 btus	4
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	3
32	EMEIF Sistema de Ensino Semente do Amanhã	Av. João Paulo II - Bairro Novo	Ar condicionado split de 12.000 btus	3
			Ar condicionado split de 18.000 btus	2
			Ar condicionado split de 24.000 btus	4
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
33	EMEF Santa Helena	Trav. São Cristóvão - Bairro Nova União	Ar condicionado split de 12.000 btus	6
			Ar condicionado split de 18.000 btus	9
			Ar condicionado split de 24.000 btus	11
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
34	EMEI Pobres Servos da Divina Providência	4ª Rua - Bairro Novo	Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	2
			Ar condicionado split de 24.000 btus	6
			Geladeira	2
			Freezer	4
			Bebedouro	2
35	EMEF Santa Rita	Trav. Sol Nascente - Bairro São João	Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	7
			Ar condicionado split de 18.000 btus	8
			Geladeira	2
			Freezer	2
			Bebedouro	1
36	EMEIF Centro Educacional Nossa Sra. Do Perpétuo Socorro	Rua do Uriboça Novo	Ar condicionado split de 12.000 btus	3
			Ar condicionado split de 18.000 btus	9
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
37	EMEIF Centro Educacional Dinâmico	Rua Paula Roberta - Bairro Santa Clara	Ar condicionado split de 12.000 btus	10
			Ar condicionado split de 18.000 btus	2
			Ar condicionado split de 24.000 btus	3
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

38	EMEF Santa Lúcia	Rua Alfredo Calado, Trav. Canaã - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 12.000 btus	7
			Ar condicionado split de 24.000 btus	5
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
39	EMEIF Celia Astral	Av. João Batista - Bairro Almir Gabriel	Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 36.000 btus	6
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	1
40	EMEIF Instituto Social Cultural e Artístico Eladio Soares	Loteamento Mario Couto, Trav. WE 04, Quadra 7, nº 2 - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	4
			Ar condicionado split de 24.000 btus	9
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
41	EMEIF Sistema de Ensino Eli Bastos	Rua dos Navegantes - Bairro Riacho Doce	Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Ar condicionado split de 36.000 btus	8
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	2
42	EMEI Creche Lar Criança Esperança	Rua 12 - Bairro Novo	Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Ar condicionado split de 18.000 btus	12
			Geladeira	1
			Freezer	4
			Bebedouro	1
43	EMEF Júlia Freire de Souza	Rua Adelaide Saturnino - Bairro Bela Vista	Ar condicionado split de 12.000 btus	10
			Ar condicionado split de 36.000 btus	8
			Geladeira	2
			Freezer	3
			Bebedouro	1
44	EMEF Laura Freire de Oliveira Falcão	Rua da Cerâmica - Bairro Nova União	Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	11
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	2
45	EMEF Dom Calabria	Rua São Lázaro - Bairro São Francisco	Ar condicionado split de 24.000 btus	6
			Ar condicionado split de 30.000 btus	18
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	2



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

46	EMEIF Mundo Mágico	Rua G, Quadra 11 - Bairro: Decouville	Ar condicionado split de 9.000 btus	4
			Ar condicionado split de 12.000 btus	6
			Ar condicionado split de 18.000 btus	8
			Ar condicionado split de 24.000 btus	3
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	3
47	EMEIF Maria do Carmo Pinheiro Rodrigues	Rua Paula Roberta - Bairro Santa Clara	Ar condicionado split de 12.000 btus	7
			Ar condicionado split de 36.000 btus	12
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	1
48	EMEF Prof. Paulo Freire	Rua do Contorno - Bairro Beija Flor	Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Ar condicionado split de 18.000 btus	2
			Ar condicionado split de 24.000 btus	12
			Ar condicionado split de 36.000 btus	6
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	1
49	EAC Fazendinha Esperança	Rua Leste - Bairro São Francisco	Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Ar condicionado split de 18.000 btus	6
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
50	EMEIF Centro Educacional Frei Galvão	Trav. São Joaquim - Bairro São Francisco	Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	11
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
51	EMEI Creche Dr. Marcello Cândia	Trav. Antônio Maria de Brito - Bairro Mirizal	Ar condicionado split de 7.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	14
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
52	EMEIF Espaço de Convivência Educar	Rua Nossa Sra. De Fátima - Bairro: Mirizal	Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Ar condicionado split de 12.000 btus	6
			Ar condicionado split de 18.000 btus	2
			Geladeira	2
			Freezer	2
			Bebedouro	2
53			Ar condicionado split de 12.000 btus	4



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

	EMEF Prof. Emília Clara de Lima (Cordeirinho)	Rua Raimundo Nunes da Rocha - Bairro Pedreirinha	Ar condicionado split de 18.000 btus	16
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Ar condicionado split de 30.000 btus	10
			Geladeira	2
			Freezer	3
			Bebedouro	2
54	EMEF Profª. Gracinda Peres	Decouville - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 18.000 btus	5
			Ar condicionado split de 24.000 btus	2
			Ar condicionado split de 36.000 btus	32
			Geladeira	2
			Freezer	2
			Bebedouro	1
55	EMEI Creche São Francisco	Rua São Francisco - Bairro Nova União	Ar condicionado split de 18.000 btus	4
			Ar condicionado split de 24.000 btus	7
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
56	Escola Municipal de Ensino Fundamental Miguel Lacerda da Silva	Passagem França - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	26
			Ar condicionado split de 30.000 btus	1
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
57	EMEIF Teodorico Aleixo	Rua Fernando Bahia - Bairro São José	Ar condicionado split de 18.000 btus	4
			Ar condicionado split de 30.000 btus	7
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
58	EMEIF Espaço Integrado Anjinhos do Saber	Rua Raimundo Nunes da Rocha - Bairro São José	Ar condicionado split de 18.000 btus	9
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
59	EMEF Eduardo Lauande	Rua Antonio Armando - Bairro Almir Gabriel	Ar condicionado split de 12.000 btus	11
			Ar condicionado split de 24.000 btus	12
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	1
60	EMEF Dona Mora Guimarães	Rua do Eucaliptal - Bairro Mirizal	Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	6
			Ar condicionado split de 30.000 btus	7
			Geladeira	1



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

			Freezer	1
			Bebedouro	1
61	EMEIF Creche Diácono Fracisco de Assis Gonçalves	Rua Antonio Armando - Bairro Almir Gabriel	Ar condicionado split de 12.000 btus	7
			Ar condicionado split de 24.000 btus	18
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	1
62	EMEF Dr. Renausto Amanajás	Av. João Paulo II - Bairro Dom Aristides	Ar condicionado split de 9.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	29
			Geladeira	3
			Freezer	1
			Bebedouro	2
63	EMEF Suely Falcão	Rua Antonio Armando, Quadra 10 - Bairro Almir Gabriel	Ar condicionado split de 9.000 btus	2
			Ar condicionado split de 12.000 btus	6
			Ar condicionado split de 24.000 btus	10
			Geladeira	2
			Freezer	2
			Bebedouro	1
64	EMEF Nossa Senhora do Rosário	Rua Fernando Guilhon - Bairro Centro	Ar condicionado split de 7.000 btus	4
			Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	26
			Ar condicionado split de 18.000 btus	13
			Ar condicionado split de 24.000 btus	4
			Ar condicionado split de 36.000 btus	8
			Geladeira	3
			Freezer	5
			Bebedouro	3
65	EMEF Centro Educacional Ômega	Conj. Nova Marituba, Quadra 01 - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 7.000 btus	3
			Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	17
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	2
66	EMEF Benedito Bezerra Falcão	Rua Pedro Mesquita - Bairro Centro	Ar condicionado split de 7.000 btus	2
			Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	7
			Ar condicionado split de 18.000 btus	3
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Ar condicionado split de 36.000 btus	3
			Geladeira	2
			Freezer	2
			Bebedouro	1



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

67	EMEF Parque das Palmeiras	Conj. Nova Marituba, Anexo à Caixa D'água - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Ar condicionado split de 18.000 btus	23
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
68	EMEF Cora Tereza Silva Rocha	Av. Boulevard das Águas - Bairro Parque Verde	Ar condicionado split de 12.000 btus	3
			Ar condicionado split de 18.000 btus	20
			Ar condicionado split de 24.000 btus	2
			Ar condicionado split de 36.000 btus	8
			Geladeira	2
			Freezer	3
			Bebedouro	2
69	EMEF Padre Romeu Pires Borges	Rua Antonio Bezerra Falcão - Bairro Centro	Ar condicionado split de 7.000 btus	1
			Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 24.000 btus	18
			Geladeira	2
			Freezer	3
			Bebedouro	1
70	EMEIF Sistema de Ensino Tania Matos	Rua Pires Franco - Bairro Pedreirinha	Ar condicionado split de 18.000 btus	3
			Ar condicionado split de 24.000 btus	12
			Geladeira	1
			Freezer	3
			Bebedouro	1
71	EMEF PE Marcos Schawalder	Rua Assis Doria - Bairro Pedreirinha	Ar condicionado split de 12.000 btus	7
			Ar condicionado split de 30.000 btus	7
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	2
72	EMEIF Deus Seja Louvado	Trav. Bom Pastor - Bairro Vila Canaã	Ar condicionado split de 7.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	8
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
73	EMEIF Centro Educacional Pimpolho	Conj. Nova Marituba, Quadra 03 - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 7.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	16
			Ar condicionado split de 18.000 btus	6
			Geladeira	1
			Freezer	3
			Bebedouro	1
74	EMEIF Geracina Begot Granhen	Rua Tupinambás - Bairro São João	Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	8



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

			Ar condicionado split de 24.000 btus	28
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	1
75	EMEF Prof. Nadeia Guimarães dos Santos	Rua Adolf Rettelbusch - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Ar condicionado split de 18.000 btus	3
			Ar condicionado split de 24.000 btus	20
			Ar condicionado split de 36.000 btus	2
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	1
76	EMEIF Profª. Nazaré da Costa	Parque das Palmeiras - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 7.000 btus	2
			Ar condicionado split de 12.000 btus	6
			Ar condicionado split de 18.000 btus	19
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	3
77	EMEF Otília Begot	Rua São Francisco - Bairro Nova União	Ar condicionado split de 18.000 btus	13
			Geladeira	2
			Freezer	1
			Bebedouro	1
78	EMEI Creche Jardim dos Pardais	Rua Adolf Rettelbusch - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Ar condicionado split de 18.000 btus	7
			Ar condicionado split de 36.000 btus	5
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	3
79	EMEF Dr. Alcântara	Rua do Uruboca Velho - Bairro São João	Ar condicionado split de 7.000 btus	1
			Ar condicionado split de 9.000 btus	4
			Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Ar condicionado split de 18.000 btus	10
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
80	EMEIF José Felipe Santiago	Rua Principal - Bairro Beija Flor	Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	5
			Ar condicionado split de 24.000 btus	14
			Geladeira	1
			Freezer	3
			Bebedouro	2
81	EMEF Eudamidas Lopes Miranda	Pass. Tapajós - Bairro Dom Aristides	Ar condicionado split de 18.000 btus	13
			Geladeira	1



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

			Freezer	1
			Bebedouro	1
82	EMEIF Raquel de Queiroz	Rua Antonio Armando - Bairro Almir Gabriel	Ar condicionado split de 18.000 btus	1
			Ar condicionado split de 24.000 btus	11
			Ar condicionado split de 30.000 btus	1
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
83	EMEI Creche Menino Deus	Rua Jovelina Morgado - Bairro Novo	Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	9
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
84	EMEIF Pequenos Brilhantes	Rua São Francisco - Bairro Novo	Ar condicionado split de 12.000 btus	12
			Ar condicionado split de 18.000 btus	5
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	2
85	EMEF Santa Tereza D'Ávila	Passagem Santa Tereza Davila - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 12.000 btus	5
			Ar condicionado split de 18.000 btus	1
			Ar condicionado split de 24.000 btus	25
			Geladeira	1
			Freezer	2
			Bebedouro	3
86	EMEF Inácio Rodrigues da Cunha	Rua da Picarreira - Bairro Mirizal	Ar condicionado split de 7.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	18
			Ar condicionado split de 18.000 btus	13
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
87	Escola Municipal de Educação Infantil Creche Profª Ceanira Azevedo Reis	Estrada da Pireli - Bairro Beija Flor	Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	3
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
88	EMEIF Ass. Pais e Mestres do Centro Educacional Luiz Pires	Av. João Batista - Bairro Almir Gabriel	Ar condicionado split de 18.000 btus	10
			Ar condicionado split de 30.000 btus	12
			Geladeira	1
			Freezer	3
			Bebedouro	1
89	EMEF Novo Horizonte		Ar condicionado split de 12.000 btus	2



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

		Rua do Fio - Bairro Novo Horizonte	Ar condicionado split de 18.000 btus	2
			Ar condicionado split de 24.000 btus	12
			Geladeira	2
			Freezer	1
			Bebedouro	1
90	EMEF Maestro Carlos Gomes	Passagem Bom Sossego - Bairro Novo Horizonte	Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	5
			Ar condicionado split de 24.000 btus	4
			Ar condicionado split de 36.000 btus	16
			Geladeira	1
			Freezer	3
			Bebedouro	2
91	EMEI Nossa Senhora de Nazaré	Av. João Paulo II - Bairro Dom Aristides	Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 24.000 btus	7
			Geladeira	1
			Freezer	3
			Bebedouro	2
92	EMEF Santo Amaro	Rua dos Navegantes - Bairro Riacho Doce	Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	5
			Ar condicionado split de 30.000 btus	11
			Geladeira	2
			Freezer	2
			Bebedouro	1
93	EMEI Creche Beija Flor	Estrada da Pirelli, s/n - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 18.000 btus	2
			Ar condicionado split de 24.000 btus	5
			Ar condicionado split de 30.000 btus	5
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
94	EMEF Miguel Lacerda	Rua Nova Decouville, Passagem França, s/n - Bairro Decouville (invasão do Pet)	Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	26
			Ar condicionado split de 36.000 btus	1
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
95	EMEI Anexo Emília Clara (Cordeirinho)	Rua Manoel de Souza, nº 661 - Bairro Pedreirinha	Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	26
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

SECRETARIA GESTORA: SESAU				
Nº	LOCAL	ENDEREÇO	EQUIPAMENTOS	QTD
96	Hospital Augusto Chaves	BR 316, S/N - Bairro São João	Ar condicionado split de 7.000 btus	1
			Ar condicionado split de 7.500 btus	2
			Ar condicionado split de 9.000 btus	9
			Ar condicionado split de 12.000 btus	11
			Ar condicionado split de 15.000 btus	2
			Ar condicionado split de 18.000 btus	4
			Ar condicionado split de 22.000 btus	1
			Ar condicionado split de 30.000 btus	1
			Ar condicionado split de 58.000 btus	3
			Geladeira	5
97	CAPS II	Passagem Vieira, nº 90 - Bairro Centro	Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Geladeira	2
98	CAPS AD	Rua da Piçarreira, nº 300	Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Geladeira	2
99	SAE - CTA	Rua do Fio, nº 05 - Bairro São José	Ar condicionado split de 9.000 btus	3
100	Ceo - Centro especialidade Odontológica	Fernando Guilhaon, S/N - Bairro Centro	Ar condicionado split de 7.000 btus	2
			Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	3
			Geladeira	2
101	SESAU	Av. João Paulo II - Bairro Dom Aristides	Ar condicionado split de 7.000 btus	1
			Ar condicionado split de 7.500 btus	1
			Ar condicionado split de 9.000 btus	8
			Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	2
			Geladeira	2
102	Centro Diagnostico	Praça Jarbas Passarinho - Bairro Dom Aristides	Ar condicionado split de 7.000 btus	1
			Ar condicionado split de 7.500 btus	1
			Ar condicionado split de 9.000 btus	7
			Ar condicionado split de 12.000 btus	10
			Ar condicionado split de 18.000 btus	3
			Ar condicionado split de 30.000 btus	2
			Ar condicionado split de 36.000 btus	2
			Ar condicionado split de 60.000 btus	1
			Geladeira	5
103	Conselho Municipal de Saúde	João Paulo II, nº 94 - Bairro Novo	Ar condicionado split de 18.000 btus	1
104	UBS Decouville	Maria Antônia de Brito, nº 10 - Bairro Decouville	Ar condicionado split de 7.000 btus	2
			Ar condicionado split de 9.000 btus	7



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

			Ar condicionado split de 12.000 btus	3
			Ar condicionado split de 18.000 btus	5
			Geladeira	6
105	UBF Nossa Senhora da Paz	Terceira, s/n - Bairro Novo	Ar condicionado split de 7.500 btus	1
			Ar condicionado split de 9.000 btus	12
			Ar condicionado split de 12.000 btus	5
			Geladeira	3
106	UPA Unidade de Pronto Atendimento	BR 316, S/N - Bairro Almir Gabriel	Ar condicionado split de 9.000 btus	16
			Ar condicionado split de 12.000 btus	3
			Ar condicionado split de 18.000 btus	3
			Ar condicionado split de 24.000 btus	3
			Ar condicionado split de 36.000 btus	8
			Ar condicionado split de 60.000 btus	3
			Geladeira	4
			Bebedouro	2
107	USF - Bela Vista	Adelaide Saturnino, S/N - Bairro Bela Vista	Ar condicionado split de 9.000 btus	6
			Ar condicionado split de 18.000 btus	1
			Geladeira	2
			Bebedouro	1
108	USF - Betânia	Cameta, S/N - Bairro Pedreirinha / Compl. Casa Betania, atrás IGJA NS LUR	Ar condicionado split de 7.500 btus	5
			Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Geladeira	2
			Bebedouro	1
109	USF - Celina Lameira	São Francisco S/N - Bairro Novo Horizonte	Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Geladeira	2
			Bebedouro	1
110	USF - Uriboca	Uriboca Velho, S/N - Bairro São João	Ar condicionado split de 7.500 btus	5
			Ar condicionado split de 9.000 btus	2
			Ar condicionado de parede/ ACJ de 10.000 btus	1
			Geladeira	2
			Bebedouro	1
111	USF - Haifa Gabriel	Antônio Armando, S/N - Bairro Almir Gabriel	Ar condicionado split de 7.500 btus	3
			Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Geladeira	2
			Bebedouro	1
112	USF - José Coelho Serrão	Raimundo Santana, S/N - Bairro Centro	Ar condicionado split de 7.500 btus	3
			Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Geladeira	2



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

			Bebedouro	1
113	USF - São Francisco	Rua da Cerâmica, S/N - Bairro São Francisco	Ar condicionado split de 9.000 btus	8
			Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Ar condicionado split de 24.000 btus	2
			Geladeira	3
114	USF - São João	João Marinho, nº 557 - Bairro São João	Ar condicionado split de 7.500 btus	5
			Ar condicionado split de 9.000 btus	2
			Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Geladeira	2
			Bebedouro	1
115	USF - Riacho Doce	São Francisco S/N - Bairro Riacho Doce	Ar condicionado split de 9.000 btus	5
			Geladeira	2
116	USF - Santa Lúcia	Alfredo Calado, nº 8 - Bairro Santa Lucia I	Ar condicionado split de 9.000 btus	5
			Geladeira	2
			Bebedouro	1
117	USF - Raimundo Rocha Alves/ Santa Clara	Av. Paulo Roberto - Bairro Santa Clara	Ar condicionado split de 7.500 btus	1
			Ar condicionado de parede/ ACJ de 10.000 btus	2
			Ar condicionado split de 12.000 btus	5
			Geladeira	2
118	DIRAC	São Miguel, nº 2519 - Bairro Centro	Ar condicionado split de 9.000 btus	8
119	USF - Posto José Arimateia	Rua do Canaã, S/N	Ar condicionado split de 9.000 btus	6
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Geladeira	2
			Bebedouro	1
120	USF - Viver Melhor	Av. Boulevard das Águas - Bairro Parque Verde	Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Geladeira	2
			Bebedouro	1
121	USF - Nova Marituba	Pirelli, S/N - Bairro Nova Marituba I	Ar condicionado split de 9.000 btus	11
			Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 36.000 btus	2
			Geladeira	2
			Bebedouro	1
122	Unidade de Saúde Epidemiologia	Praça Jarbas Passarinho - Bairro Dom Aristides	Ar condicionado split de 9.000 btus	4
			Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Geladeira	4
			Bebedouro	1
123	USF - João Augusto Besteiro	São Francisco, S/N - Bairro Nova União	Ar condicionado split de 9.000 btus	8
			Ar condicionado split de 12.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	1



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

124	Unidade de Saúde - C.E.R	BR 316 ao lado do Ginásio Esportivo	Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Geladeira	2
			Bebedouro	1
			Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Ar condicionado split de 12.000 btus	39
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Geladeira	2
			Bebedouro	1

SECRETARIA GESTORA: SEMADS				
Nº	LOCAL	ENDEREÇO	EQUIPAMENTOS	QTD
125	Administrativo	Rua Antonio Bezerra Falcão, Nº 518 - Bairro: Centro	Ar condicionado split de 7.500 btus	2
			Ar condicionado split de 9.000 btus	4
			Ar condicionado split de 12.000 btus	4
			Ar condicionado split de 18.000 btus	6
			Ar condicionado split de 30.000 btus	1
			Geladeira	1
			Freezer	4
			Bebedouro	2
126	UNAI	Rua Antonio Bezerra Falcão, Nº 898 - Bairro: Centro	Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 12.000 btus	6
			Ar condicionado split de 36.000 btus	1
			Geladeira	1
			Freezer	1
127	CRAS Dea Rebelo	Av. Dep. João Batista, S/N - Bairro: Parque Verde	Ar condicionado split de 9.000 btus	4
			Ar condicionado split de 12.000 btus	3
			Ar condicionado split de 18.000 btus	1
			Geladeira	1
			Bebedouro	1
128	CRAS Emanuel Rocha	Rua Parque Real, S/N - Bairro: Decouville	Ar condicionado split de 12.000 btus	6
			Ar condicionado split de 18.000 btus	6
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1
			Ar condicionado split de 30.000 btus	3
			Ar condicionado split de 42.000 btus	3
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	1
129	CRAS Dom Vicente Zinco	R. Raimundo Barbosa Santana, Nº 930-1176 - Bairro: Boa vista	Ar condicionado split de 9.000 btus	3
			Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Ar condicionado split de 24.000 btus	1



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

			Ar condicionado split de 30.000 btus	1
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	3
130	CRAS Gedovar Nazari	Avenida João Paulo II, S/N - Bairro: Dom Aristides	Ar condicionado de janela/ ACJ de 7.000 btus	3
			Ar condicionado split de 9.000 btus	2
			Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Geladeira	1
			Freezer	1
			Bebedouro	2
131	Conselho Tutelar I	Avenida João Paulo II, S/N - Bairro: Dom Aristides	Ar condicionado split de 7.500 btus	1
			Ar condicionado split de 9.000 btus	1
			Ar condicionado split de 18.000 btus	1
			Geladeira	1
			Bebedouro	1
132	Conselho Tutelar II	Tv. São Miguel, Nº 77 - Bairro: Boa Vista	Ar condicionado split de 9.000 btus	2
			Geladeira	1
			Bebedouro	1
133	CREAS	Rua Antonio Bezerra Falcão, Nº 1951 - Bairro: Centro	Ar condicionado split de 7.500 btus	1
			Ar condicionado split de 9.000 btus	4
			Ar condicionado split de 12.000 btus	2
			Geladeira	2
			Freezer	3
			Bebedouro	1

13.2. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados nas datas previamente programadas pela fiscalização, de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00 às 18:00 horas, ou aos sábados, no horário das 8:00 às 12:00 horas.

13.3. A CONTRATADA deverá atender aos chamados em até 6h (seis horas) a contar do horário e data da comunicação da necessidade de manutenção corretiva, dentro do horário de expediente de 08:00h às 16:00h;

13.4. Caso o prazo de 6h (seis horas) ultrapasse o término do horário de expediente, a contagem será interrompida no horário respectivo e retomada ao início do horário de expediente do dia útil seguinte;

13.6. A CONTRATADA deverá solucionar os problemas apresentados em função da manutenção corretiva no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) após o atendimento do chamado;

13.7. Caso o prazo de 48h (quarenta e oito horas) ultrapasse o término do horário de expediente da sexta-feira, a contagem será interrompida no término do expediente e retomada ao início do horário de expediente do dia útil seguinte;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

13.8. Caso não seja possível à solução do problema em 48h (quarenta e oito horas), a contratada deverá efetuar a substituição do equipamento com defeito por outro, com a mesma capacidade, em perfeito estado de funcionamento, até que o reparo seja efetuado;

13.9. No caso de serviços de manutenção corretiva emergencial relativa a acidentes de qualquer natureza, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da CONTRATANTE, adotar urgentes providências no sentido de sanar o problema em até 3 (três) horas;

13.10. Quando solicitados, os serviços de instalações e remoção de aparelhos de ar condicionados deverão ser executados em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h às 18h, podendo, em caráter excepcional e a critério da CONTRATANTE, ser solicitado ou autorizado o atendimento fora do horário estipulado. Os resíduos retirados deverão ser descartados em local próprio, licenciado pelos órgãos ambientais do município.

14. DA FISCALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO CONTRATUAL:

14.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela satisfação da obrigação, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem restringir a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização do objeto.

14.2. A gestão e fiscalização da prestação da obrigação será exercida por servidor(es) especialmente designado(s), na forma prevista na Lei 8.666/93, ao(s) qual(is) competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência à CONTRATANTE e à CONTRATADA, conforme abaixo:

14.3. A obrigação será acompanhada e fiscalizada por um servidor formalmente designado pelo CONTRATANTE, doravante denominado FISCAL DO CONTRATO, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação destinada a orientar, acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

14.4. Será designado ainda, facultativamente, por precaução, SUPLENTE DE FISCAL, a fim de que a execução do contrato não seja interrompida por qualquer intempere ocorrida com o servidor designado como FISCAL DO CONTRATO.

14.5. A CONTRATANTE promoverá a fiscalização do objeto sob os aspectos qualitativo e quantitativo, acompanhando o desenvolvimento desta, assegurando o cumprimento das obrigações assumidas.

14.6. A fiscalização da obrigação pela CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

15. DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal / Fatura.

15.2. A Nota Fiscal / Fatura emitida e entregue ao servidor da unidade destinatária, com a discriminação de cada um dos itens que compõem o objeto, deverá ser atestada pelo fiscal e encaminhada ao setor competente para fins de pagamento.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

15.3. A Nota Fiscal / Fatura deverá discriminar os itens do contrato administrativo ou da Ata de Registro de Preço, conforme o caso, constando o valor unitário e as demais especificações inclusas na proposta consolidada vencedora do certame;

15.4. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio transferência bancária.

15.5. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura, nos demais documentos que sustentam o pagamento ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a Nota Fiscal será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas sanadoras.

15.6. No caso do item retro o prazo para pagamento, de 30 (Trinta) dias, inicia-se após a regularização da situação ou reapresentação da Nota Fiscal, fato esse que não acarretará em ônus adicional à CONTRATANTE, nem em prejuízo à execução do contrato.

15.7. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, motivadamente, suspender o pagamento se o cumprimento da obrigação estiver em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e do contrato, se for o caso.

15.8. A CONTRATADA deverá explicitar na Nota Fiscal o nome do Banco, o número da agência e o número da conta corrente para realização da transação bancária de pagamento.

15.9. A CONTRATADA deverá explicitar na Nota Fiscal / Fatura a modalidade e número da licitação a que faz referência, a Ata de Registro de Preço (se for o caso) e/ou o contrato administrativo (se for o caso).

15.10. A efetivação do pagamento ficará condicionada à apresentação mínima, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:

15.10.1. Nota Fiscal referente ao pagamento pretendido;

15.10.2. Recibo de pagamento devidamente assinado;

15.10.3. Certidão Negativa Conjunta de Débitos junto à Fazenda Nacional;

15.10.4. Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Municipal, se a CONTRATADA for domiciliada em /PA;

15.10.5. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

15.10.6. Certidão Negativa de Débitos junto ao Justiça do Trabalho;

15.10.7. Demais documentos exigidos por Lei, Decreto ou outro instrumento normativo municipal.

15.11. Caso, após o devido processo legal, tenha sido aplicada a pena de multa à CONTRATADA, a CONTRATANTE se reserva o direito de descontar o valor da multa de qualquer Nota Fiscal a pagar ou crédito existente em favor daquela.

15.12. Com base no item acima, caso o valor da multa aplicada seja superior ao crédito eventualmente existente em favor da CONTRATADA, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

15.13. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15.14. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO**

15.15. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço.

15.16. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente à CONTRATADA, na forma estabelecida nos Subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

16. DAS SANÇÕES:

16.1. Pelo inadimplemento contratual a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93, no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e demais legislações pertinentes, respeitado o devido processo legal, nos termos do artigo 109 da Lei nº8666/93;

16.2. Quando se tratar de sanção de multa, poderão ser aplicadas à CONTRATADA concomitantemente as penas de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Municipal e impedimento de licitar e contratar com a Administração;

16.3. Quando aplicada a pena de multa, esta será calculada em 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

16.4. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação, total ou parcial, do(s) serviço(s), deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, quando ocorrer fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência;

16.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos;

16.6. A CONTRATADA inadimplente que não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa;

16.7. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida do devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

16.8. A aplicação das aludidas multas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato;

16.9. As penalidades serão aplicadas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. Este Termo de Referência é parte integrante do Edital, do Contrato Administrativo e da Ata de Registro de Preço (se for o caso), obrigando a BENEFICIÁRIA ou CONTRATADA ao cumprimento de todas as suas disposições.

Marituba/PA, 28 de janeiro de 2022

FRANCISCO JANIO MARINHO DE SOUZA

Chefe de Gabinete – PMM



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO**

ANEXO II
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Marituba/PA.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº/20....						
Data de abertura da Sessão Pública:						
Hora de abertura da Sessão Pública:						
Nome da empresa:						
CNPJ:						
Endereço:						
CEP:						
Telefone: (DDD)						
E-mail:						
Dados Bancários: (Nome do Banco, Código do Banco, Agência, Conta)						
Representante Legal: (Aquele que assinará o contrato ou a Ata)						
CPF: (do Representante Legal que assinará o contrato ou a Ata)						
RG/Órgão Emissor: (do representante legal que assinará o contrato ou a Ata)						
Instrumento de outorga de poderes: (Contrato Administrativo, Ata, Procuração, etc.)						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL: R\$ (valor por extenso)						
VALIDADE DA PROPOSTA: dias						

Esta licitante DECLARA:

1. Estar ciente de todas as condições apresentadas no Instrumento Convocatório do certame acima mencionado, concordando com a sua totalidade;
2. Que todos os dados acima apresentados deverão ser utilizados para preenchimento da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato Administrativo, caso se sagre vencedora;
3. Que possui certificado digital ICP-Brasil válido, tanto e-CNPJ, quanto e-CPF do Representante Legal, para a assinatura dos documentos necessários.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

4. Que nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na satisfação do objeto desta Licitação.

5. Que o prazo de entrega/execução dos produtos/serviços é de (.....) dias, a contar do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra/serviço, em conformidade com o Termo de Referência.

6. Que o cumprimento da obrigação de dará nos locais indicados pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação da Requisição Formal /Ordem de Serviço, sem nenhum ônus para essa Prefeitura.

7. Que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Instruções de preenchimento:

- A licitante deverá informar os preços por item, total do item, total do grupo (se houver) e total global da proposta, seguindo a numeração constante no Edital.

- O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

- Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, limitados a 2 (duas) casas decimais.

- A proposta de preços deverá estar datada e assinada por Representante Legal.



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO**

ANEXO III
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/20.....

O ÓRGÃO, com sede na, número, Bairro:, Marituba/PA, CEP 67.200-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado pelo(a) Ordenador(a) de Despesa, NOME, considerando o julgamento da licitação na Pregão Eletrônico SRP nº 051.2021-PMM, processo administrativo nº 2021/12.20.001-PMM, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 794-A/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preço para futura e eventual contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionados, centrais de ar e aparelhos de refrigeração, incluindo instalação e remoção, com troca de peças e fornecimento de materiais de consumo e peças, quando necessário, para os aparelhos pertencentes à Prefeitura Municipal de Marituba/PA (Sede) e suas unidades administrativas, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, conforme especificado no Termo de Referência, anexo ao Edital do certame identificado ao norte, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

BENEFICIÁRIA:						
CNPJ:			CONTATO:	() -		
ENDEREÇO:					NÚMERO:	
BAIRRO:			CEP:			
CIDADE:			ESTADO:			
E-MAIL:						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Detalhamento do item 01					
02	Detalhamento do item 02 etc.					
VALOR TOTAL: R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXX)						



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

2.2. O valor global da presente Ata de Registro de Preço é de R\$ (.....).

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

3.2. O órgão gerenciador indica o(a) SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO para responder pelo gerenciamento desta Ata de Registro de Preços, a quem confere poderes e responsabilidades por analisar, autorizar e/ou denegar pedidos de adesão.

3.3. São órgãos e entidades públicas atendidas por este registro de preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA/PA (SEMAD e demais Secretarias Concentradas); SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; e SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

3.4. Os quantitativos destinados internamente para cada órgão participante seguem a oportunidade e conveniência da Administração Pública Municipal de Marituba/PA.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993.

4.2. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior fica condicionada à apresentação, pelo interessado, de: justificativa da vantagem da contratação e aceite do fornecedor.

4.3. Poderá ser admitido pedido de adesão protocolado presencialmente na COORDENADORIA DE LICITAÇÕES da Prefeitura Municipal de Marituba/PA, localizado na Rodovia BR- 316, s/nº, KM 13, Bairro: Centro, Marituba PA, CEP 67.200-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 14h.

4.4. Primando pela celeridade e desburocratização dos procedimentos administrativos, poderá ser admitido ainda pedido de adesão endereçado ao(s) e-mail(s) licitapmmarituba@gmail.com, em nome do responsável mencionado no subitem “3.2.”, desde que os arquivos estejam todos no formato *PDF* e assinados digitalmente com o *e-CPF* do ordenador solicitante.

4.5. Caberá à beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento/serviço, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

4.6. As adesões ou contratações adicionais a que se refere o item acima não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos totais dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços.

4.7. As adesões à Ata de Registro de Preços são limitadas, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.8. Compete ao órgão não participante, que aderir esta Ata de Registro de Preços, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.9. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado ainda o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.9.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação.

6. REVISÃO, REAJUSTE E CANCELAMENTO

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente devidamente comprovado, que eleve o custo do objeto registrado e, por conseguinte, afete o equilíbrio econômico-financeiro, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.2. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.3.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento/serviço, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.3.2. convocar, se houver, o fornecedor registrado no cadastro de reserva e assegurar igual oportunidade de negociação.

6.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

6.5. Os preços registrados na Ata de Registro de Preço não sofrerão qualquer reajuste antes do interregno de 12 (doze) meses, contados da apresentação, na Sessão Pública, da proposta de preços.

6.5.1. Após decorridos 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta de preços na Sessão Pública, aplicar-se-á reajuste de preço pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

6.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DA EXECUÇÃO DIRETA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos participantes, se houver, por meio de execução direta, sem a necessidade de contratação.

7.1.1. Não será admitida a execução direta desta Ata de Registro de Preços pelo órgão “carona”, sendo necessária a assinatura de contrato administrativo.

7.2. Para os casos de execução direta desta Ata de Registro de Preços, por ocasião da utilização de instrumento substitutivo do contrato administrativo, previsto no art. 62, caput, da Lei nº 8.666/93, aplicam-se as disposições gerais para cumprimento da obrigação quanto ao local, prazos, condições para cumprimento da obrigação, obrigações da contratada, obrigações da contratante, critérios para recebimento do objeto, critérios de pagamento, fiscalização e sanções pelo mau cumprimento da obrigação previstas no Termo de Referência.

7.3. Quanto à aplicação da penalidade de multa, para os casos de execução direta desta Ata, aplica-se o percentual da sanção sobre o valor do instrumento substitutivo ao contrato.

7.4. Para fins de execução direta desta Ata de Registro de Preços, deverá ser designado(a) um fiscal da obrigação por Participante.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8.2. É de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, quando caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

8.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências abaixo, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro da empresa beneficiária:

8.3.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

8.3.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.3.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.3.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

9. CADASTRO DE RESERVA

9.1. Esta Ata de Registro de Preços, conforme previsão no instrumento convocatório, admite cadastro de reserva.

9.2. Os fornecedores que manifestaram interesse em ingressar em cadastro de reserva encontrar-se-ão em lista anexa a este instrumento, se for o caso.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO a firmar as contratações que deles poderão advir.

10.2. As condições gerais, tais como prazos, obrigações da Administração, obrigações do fornecedor registrado, penalidades e demais condições pertinentes, encontram-se definidos no instrumento convocatório.

10.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do registro, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, subscrita.

Marituba/PA, de de

NOME
Ordenador(a) de Despesa

BENEFICIÁRIA
CPNJ nº



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO**

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/20.....

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
ÓRGÃO E, NA FORMA
ABAIXO.**

O ÓRGÃO, com sede na, número, Bairro:, Marituba/PA, CEP 67.200-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado pelo(a) Ordenador(a) de Despesa, NOME, doravante denominada CONTRATANTE, e aNOME....., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, nº, bairro,/UF, CEP:, telefone (.....), E-mail, neste ato representada por seu Representante Legal, Sr(a)., nacionalidade....., estado civil....., ocupação....., RG nº SSP/....., inscrito(a) no CPF sob o nº, residente e domiciliado(a) no(a), nº, bairro, CEP:, doravante denominada CONTRATADA, em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº número do pregão, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Este termo tem por objeto a contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionados, centrais de ar e aparelhos de refrigeração, incluindo instalação e remoção, com troca de peças e fornecimento de materiais de consumo e peças, quando necessário, para os aparelhos pertencentes à Prefeitura Municipal de Marituba/PA (Sede) e suas unidades administrativas, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Detalhamento do item 01					
02	Detalhamento do item 02 etc.					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura e encerramento em de de, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor global do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento geral do Poder Executivo Municipal de Marituba/PA, para o corrente exercício orçamentário-financeiro, na classificação abaixo:

ÓRGÃO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

ELEMENTO DE DESPESA:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por FISCAL designado pela CONTRATANTE através de ato formal, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO**

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDIÇÕES PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO

11.1. As condições para cumprimento da obrigação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MARITUBA
PODER EXECUTIVO**

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial Competente, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Todas as demais disposições do Termo de Referência, ainda que não elencadas neste instrumento contratual, se aplicam a este.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. É eleito o Foro da cidade de Marituba/PA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, após lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes, especialmente digitalmente.

Marituba/PA, de de

NOME
Ordenador(a) de Despesa

CONTRATADA
CPNJ nº